



Elísio Estanque
Doutor em Sociologia. Professor da Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra. Investiga-
dor Permanente do Centro de Estudos Sociais.

Recomposições no mundo laboral e desafios para a ação sindical

Resumo

O presente texto centra-se nos processos de recomposição no mundo do trabalho e nas desigualdades sociais, procurando refletir sobre as implicações daí decorrentes para o movimento sindical no atual contexto de globalização económica. O caso português é tomado como o principal contexto sociológico em análise, mas as questões colocadas são sempre perspectivadas no âmbito social mais vasto. Começo discutindo as atuais tendências de mudança no mundo do laboral e sua importância na emergência de novos contornos e novas linhas de fratura na atual estrutura de classes em Portugal e no contexto transnacional. A seguir, indico algumas das múltiplas conexões – entre o mercado e o Estado, a economia e a sociedade, a produção e o consumo, a dimensão objetiva e as representações subjetivas dos atores – que sustentam as transformações em curso, para analisar os seus efeitos na reestruturação das desigualdades sociais, quer no plano das estruturas e segmentações de classe, quer no plano das oportunidades, práticas e atitudes subjetivas dos sujeitos. Por fim, aponto os principais obstáculos com que, na sequência desses processos de transformação, depara-se hoje o sindicalismo, formulando algumas interrogações e propostas que visam contribuir para a reflexão em torno da renovação sindical e da modernização da economia portuguesa.

Palavras-Chave: Sindicalismo; Mudanças no mundo do trabalho; Representação subjetiva.

Abstract

This paper focuses on the rearrangement processes in the labor world and the social inequalities, considering its implications on union movements in the current economic globalization context. The case in Portugal is regarded as the main sociological context under analysis although there are further questions that have been viewed under a broader social perspective. Firstly, I discuss the current change trends in the labor world and their importance in the search for new contours and new rupture lines in the current class structure in Portugal and in the transnational context. Then, I suggest some multiple connections – between market and the State, economy and society, production and consumption, the objective dimension and the agents' subjective representations – that have supported the changes under way in order to analyze their effects in restructuring social inequalities, considering either structures planning and class segmentation or plan of opportunities, practices and the individual's subjective attitudes. Finally, I point out significant barriers, considering the sequence of the change processes, that have currently impaired trade unionism, and I make some quests and proposals that aim to contribute to reflections on trade union renewal as well as the modernization of the Portuguese economy

Key words: Trade unionism, Changes in the Labor Work, Subjective Representation

Ariús, Campina Grande, Vol. 13, nº 1, jan./jul. 2007

Recomposições do trabalho

Nos últimos anos, várias teses têm surgido a sublinhar a perda de centralidade, ou mesmo, o fim do trabalho, enquanto valor decisivo de estruturação da sociedade. Prestigiados autores sustentam que se assiste a um desencantamento do trabalho e à secundarização da esfera laboral em favor de dimensões alternativas ao exercício da cidadania, como o espaço do associativismo, do voluntariado e do terceiro setor eleitas como esferas primordiais de participação cívica e fatores de coesão ou transformação social (Rifkin, 1997; Méda, 1999; Beck, 2000). É verdade que o trabalho tende a perder significado enquanto símbolo principal daquilo *que somos*, ou seja, como sublinhou Gorz (1999), o trabalho enquanto construção social, entendido como a profissão ou o emprego *que temos*, tende a esbater-se entre as realidades virtuais da economia intangível, tornando-se cada vez mais um bem escasso, fluído e difícil de perpetuar. Contudo, o trabalho, enquanto *criação* ou *obra*, aquilo que cada um faz (*poiesis*), independentemente do seu reconhecimento social, está longe de ter perdido importância. Pois, os atributos que antes conotavam o trabalho com criatividade e autonomia, têm vindo, por assim dizer, a ser expulsos do espaço produtivo, mas isso não corresponde a uma “libertação” do trabalhador e menos ainda se traduz numa expansão da esfera pública. O capital móvel e o poder da economia financeira, operando para além da esfera política, fragmentaram o “trabalho” como forma de disciplinar a rebeldia da classe trabalhadora. Mas ele permanece como a principal via de subsistência, de preservação da auto-estima e de busca de reconhecimento social, num processo em que as novas sujeições e formas de exploração parecem ressuscitar problemas humanos que se julgava ultrapassados (Gorz, 1999).

Os impactos e problemas relacio-

nados com a inovação tecnológica e a chamada sociedade do conhecimento não podem, portanto, deixar de ser vistos no quadro dos processos globais e das novas desigualdades sociais que têm sido geradas. O esgotamento da velha relação salarial fordista, a crise do Estado-providência, o aumento da competitividade a nível global, sobretudo desde meados dos anos 80, desenharam-se sob a emergência de uma nova onda liberal, largamente apoiada na inovação tecnológica e na revolução informática. Estas tendências estão a gerar profundas transformações e novas contradições e desigualdades sociais nas sociedades contemporâneas em todos os domínios, com resultados impressionantes na recomposição e *des-standardização* das formas tradicionais de trabalho (Beck, 1992 e 2000; Ruysseveldt & Visser, 1996; Hyman, 2002). Os contrastes entre pólos de desenvolvimento e zonas de exclusão e de miséria são hoje mais chocantes do que no passado. Longe de ser um processo linear e homogêneo, a globalização é, portanto, polimórfica e contraditória. A recomposição do mercado de trabalho coloca os setores qualificados, que lidam com as novas tecnologias, lado a lado com situações de grande precariedade e até de “neo-escravatura”. As lógicas de “localização” são o outro lado da moeda da “globalização”; as novas formas de exclusão e exploração são o reverso dos novos privilégios e oportunidades.

É prematuro saber se a crise do modelo fordista e a sua incapacidade de responder às novas exigências dos mercados globais dará lugar a um novo modelo produtivo, ou se, pelo contrário, a resposta às novas exigências pode ser dada através da combinação de vários modelos. A emergência de modelos de produção flexíveis funda-se tanto na organização produtiva como nos mercados de consumo, e constitui uma resposta ao declínio da velha lógica de produção em massa destinada a mer-

cados estáveis. No entanto, não se trata de uma simples passagem de uma economia centrada na indústria para uma economia centrada nos serviços, mas, sim, do fim dos fordismos no contexto de uma economia *pós-industrial*, em que a indústria e os serviços convergem cada vez mais em direção a um sistema produtivo complexo, intensivo em tecnologias e recursos humanos, e orientado para a flexibilidade e qualidade, mas, ao mesmo tempo, gerador de novas segmentações e desigualdades.

A fragmentação dos sistemas produtivos tem promovido modelos de organização nos quais, cada vez mais, se justapõem lógicas contrárias: por um lado, o modelo fordista continua a ser um espaço importante em certos setores de atividade, regiões e/ou países, mantendo os seus princípios, devido ao fato de o processo de diversificação dos produtos finais ser acompanhado pela *standardização em larga escala de processos, subconjuntos e/ou componentes* (Kovács & Castillo, 1998); por outro lado, a crescente implantação do modelo *lean production* nas economias mais avançadas, que transporta ainda algumas formas tradicionais de produção herdadas do taylorismo, mas acrescentando-lhe novos elementos, como, por exemplo, a redução de *stocks* e de pessoal, a maior mobilidade e flexibilidade organizacional, as preocupações com a qualidade do produto e a cultura de empresa, o trabalho em equipe, a polivalência, e, por vezes, um efetivo envolvimento dos trabalhadores na gestão. A flexibilidade, a aposta no “emagrecimento”, no *outsourcing*, na deslocalização para a periferia dos setores produtivos mais intensivos em força de trabalho, etc., induzem uma espécie de *taylorismo interiorizado*, que contribui para a degradação das condições de trabalho, com a marginalização dos segmentos da força de trabalho menos qualificados, resultantes de uma lógica de *japonização* que dificilmente é bem su-

cedida nas sociedades ocidentais e na Europa em particular.

Reestruturação das classes e das desigualdades

Esses processos de transformação que vêm ocorrendo no mundo laboral são, como sabemos, fenômenos que não só exprimem as mudanças sociais mais gerais, como participam diretamente na recomposição das desigualdades e respectivas estruturas de classe. Apesar da evidente conexão entre essas duas questões, o certo é que, por um lado, os estudos sobre as questões laborais e do emprego raramente se articulam com o tema das classes e das desigualdades e, por outro lado, os estudos sobre as classes deixaram de fazer parte das preocupações dos sociólogos ou, em geral, são referidos para justificar modelos explicativos com base em tipologias sócio-profissionais.

Não é meu objetivo discutir neste texto as múltiplas determinantes da estrutura das classes sociais nem desenvolver qualquer discussão teórica em torno do próprio conceito de classe, da sua perda de atualidade ou não, das variadas dimensões que o mesmo deve incluir, ou, por exemplo, acerca da importância das vertentes cultural e identitária na sua reestruturação. Menos ainda faria sentido retomar velhas e infinitas discussões a questionar o estruturalismo marxista, a procurar identificar as fronteiras ou a defender a primazia de um qualquer modelo abstrato em relação a outros. É sabido que a classe deixou de ser “o” determinante da ação coletiva, pois a realidade social tornou-se mais complexa e as novas clivagens dinamizadas em torno de fenômenos como a diferença sexual, étnica, racial, religiosa, etc., assumem-se hoje como campos de dinamização da identidade e da luta política que concorrem com a classe, embora geralmen-

te se articulem com ela.

Na linha de trabalhos anteriores sobre estes assuntos, procura-se aqui recuperar duas idéias centrais em volta destas temáticas: a primeira é a de que o trabalho, a esfera produtiva, continua a ser, como referi atrás, um elemento central da análise social quer porque é um fator decisivo de preservação da coesão das sociedades, quer porque permanece o principal campo de organização das desigualdades e das oportunidades dos indivíduos; a segunda é a de que as desigualdades, não só continuam a ter no fator económico a sua pedra de toque incontornável como assentam em estruturas e mecanismos relacionais – fundados em relações de interdependência e discrepâncias de poder – tendentes a assegurar privilégios e a reproduzir múltiplas formas de opressão e exploração.

Como resultado das atuais tendências de globalização económica e de fragmentação dos sistemas de trabalho, podemos hoje invocar novas linhas de recomposição social com forte impacto na reestruturação das classes sociais. Pode dizer-se que essa recomposição tem implicações que incidem simultaneamente em todos os níveis da pirâmide social, ou seja, vai das novas elites profissionais, empresariais e institucionais às camadas mais excluídas e proletarizadas, passando pelos segmentos intermediários das chamadas “novas classes médias”. Vale a pena situar alguns dos principais contornos destas tendências de transformação das estruturas de classe.

Em primeiro lugar, assistimos ao extraordinário aumento das situações de “atipicidade” laboral, em larga medida resultantes da *globalização* económica, tais como o trabalho precário, a desregulamentação dos direitos laborais, o tráfico clandestino de mão-de-obra (migrações ilegais), o trabalho infantil, a pobreza, o desemprego e o subemprego, etc. (Ferreira, 2003)¹, os

quais se situam na estreita interdependência entre trabalho, desemprego, família, comunidades, induzindo lógicas de *localização* não só sobre os setores mais dependentes e explorados da força de trabalho, mas sobre todo um leque de situações sociais, nos quais proliferam a pobreza, a exclusão e a opressão – ou seja, aqueles que sofrem os efeitos dos *globalismos localizados*, segundo a formulação de Santos (1995: 263). São grupos sociais desse tipo que podem conceber-se como integrando as *subclasses locais*. Subclasses, porque, à luz dos indicadores convencionais, não possuem uma posição de classe bem definida, isto é, estão fora ou “abaixo” da classe trabalhadora tradicional. O caso dos trabalhadores migrantes, por exemplo, ilustram bem o efeito perverso da globalização neoliberal e o modo como esta promove novos efeitos “localistas”. Para além das bolsas de pobreza e marginalização que as migrações ilegais ajudam a consolidar, estes setores da força de trabalho transnacional, pode dizer-se, não se globalizaram, antes foram “deslocalizados”, ficando, em geral, mais fixos e territorialmente circunscritos, por vezes, remetidos para uma condição de total dependência e objeto de todo o tipo de pressões.

Em segundo lugar, no topo da pirâmide social, assistimos aos constantes fluxos de diretores das grandes multinacionais, gestores de topo, funcionários das instituições do Estado, quadros altamente qualificados, dirigentes políticos, cientistas de renome, etc., que constituem uma nova elite sócio-profissional e institucional que monopoliza conhecimentos, competências, informação, redes sociais, movendo-se a uma escala planetária. Eles acompanham e se beneficiam da evolução tecnológica como ninguém, viajam em classe executiva, e no mesmo dia mudam de continente e tomam refeições nos melho-

¹ A propósito da desregulamentação e precariedade das relações laborais, veja-se ainda Ruyssveldt e Visser (1996), Beck (2000) e Hyman (2002).

res restaurantes e hotéis, separados por milhares de quilômetros. Apesar da sua diversidade, esses setores têm em comum privilégios de poder e riqueza, e podem, por assim dizer, ser situados “acima” da estrutura de classes no sentido tradicional, formando, portanto, uma *sobreclasse global*², visto que se posicionam acima da velha classe dominante de base nacional.

Os fenômenos que acabo de assinalar acompanham o movimento das estruturas sociais e exprimem a multiplicação das desigualdades através da ampliação das distâncias – sociais e espaciais – com a passagem da escala nacional para a transnacional. Mas, é claro que esse aumento das desigualdades não significa apenas uma mudança de escalas. Significa, sobretudo, um fantástico acentuar dos níveis de complexidade, dada a emergência de novos fatores de instabilidade e novos processos de fragmentação e reconversão das diferentes posições de classe que fazem parte da mudança estrutural do mercado de emprego, do sistema de ensino, das instituições do Estado e da sociedade no seu conjunto. No caso português essa evolução assume contornos particulares.

Assim, no que respeita à estrutura das classes do nosso país, as transformações sociais e laborais, ao longo das últimas três décadas, têm promovido todo um conjunto de alterações muito significativas e que acrescentam novas dificuldades aos velhos modelos de ação sindical. Muitos desses fenômenos são já antigos nas sociedades mais avançadas da Europa, mas só se fizeram sentir no nosso país nas últimas décadas. São alguns deles: 1) novas divisões internas no seio dos assalariados – entre manuais e não manuais, entre tecnocratas e burocratas –, como resultado da evolução tecnológica na

indústria, da profissionalização da gestão, do crescimento do setor público, etc.; 2) aumento dos índices de mobilidade social no quadro da crescente terciarização da sociedade que, por sua vez, deve-se ao conjunto de mudanças estruturais, em larga medida induzidas pela integração na Comunidade Européia, com evidente impacto na estrutura do emprego e nos processos de litoralização e concentração urbana; 3) crescente diferenciação interna da classe média assalariada e novas tensões e clivagens no seu seio, com a emergência de novas profissões – justapondo setores em declínio e setores emergentes –, criando novas lógicas de fechamento e diferentes estilos de vida; 4) aumento dos níveis de sindicalização em alguns segmentos da classe média, o que se liga ao aumento da institucionalização das estruturas sindicais e do neo-corporativismo, e à crescente fragilização do sindicalismo de base operária; 5) novos padrões de formação de classes e crescimento de novas clivagens e polarizações de tipo pós-fordista e pós-industrial, designadamente com o aparecimento de novos segmentos proletarizados no setor dos serviços; e 6) emergência de novas modalidades de ação coletiva e novos movimentos sociais, com significativos impactos nos planos cultural e político, em geral, associados às culturas juvenis e ao “radicalismo de classe média” (Parkin, 1968; Touraine 1969 e 1981; Eder, 1993; Esping-Andersen, 1993; Butler e Savage, 1995; Melucci, 1996).

A classe média e as novas segmentações

Essas tendências de recomposição da estrutura das classes têm assumido em Portugal alguns contornos particulares quer no que respeita às no-

vas linhas de fragmentação classistas quer no plano das atitudes subjetivas e da participação. É importante situar esses aspectos porque eles estão diretamente imbricados com os processos de recomposição do trabalho e com os novos desafios que se colocam ao sindicalismo português.

Nos estudos realizados no Centro de Estudos Sociais sobre as classes sociais na sociedade portuguesa (Estanque & Mendes, 1998) e sobre o que designei como o *efeito classe média* (Estanque, 2003), foi possível mostrar com evidência empírica alguns desses contornos. Por exemplo, a categoria de classe dos “proletários”³ possuía, em meados da década de noventa, um peso percentual de 46,5% da população ativa empregada, sendo que destes, cerca de 24% trabalhavam no setor público. Ora, isto significa, desde logo, que uma parte importante dos assalariados dos serviços – que, em geral, são considerados como integrando a classe média assalariada – posicionam-se aqui num segmento bastante despojado de recursos, a comprovar que a terciarização não significa um simples “engrossar” da classe média, significando, em vez disso, um reforço das camadas proletarizadas, que parecem estar em crescimento também no terciário. As categorias de quadros superiores e chefias, qualificados e semi-qualificados, não ultrapassavam os 5,6% da população empregada, e os restantes segmentos intermediários (com poucas qualificações e autoridade) somavam apenas 11,5%. É certo que os resultados obtidos alguns anos depois com base nos inquéritos do ISSP (*International Social Survey Programme*), a partir de critérios idênticos, revelaram um relativo crescimento das categorias intermediárias com mais qualificações e uma redução da cate-

² Alguns autores, como Leslie Sklair analisam a importância crescente da *Classe Capitalista Transnacional* (Sklair, 2001). Esta conceptualização foi ainda inspirada em autores como P. Evens (1979), Becker e Sklar (1987), Santos (1995: 252-268 e 2001: 31-106), Lash (1999: 19-20).

³ Que inclui não apenas o operariado industrial desqualificado, mas o conjunto de segmentos da força de trabalho mais precarizada, isto é, sem recursos de autoridade nem qualificações significativas. Ver Estanque & Mendes, 1998, p. 72.

goria proletária. Mas, tanto os quadros intermediários com posições de autoridade, como, por exemplo, os supervisores, continuavam a ter um peso muito inferior ao dos outros países usados como termo de comparação⁴.

As classes médias assalariadas e o seu maior ou menor peso relativo na estrutura socioprofissional constituem, sem dúvida, um indicador precioso para medir o nível de modernização ou de desenvolvimento tecnológico de cada sociedade. Como é sabido, as políticas estatais e governativas têm um alcance muito relevante nesse domínio. Basta lembrar que todo o aparelho legislativo e de enquadramento institucional, que o Estado leva a cabo, produz e reproduz múltiplas interdependências entre a ação estatal e a vida econômica mais geral, seja nas economias mais estatizadas seja nas mais liberais, como diversos autores já mostraram. O Estado e o mercado constituem, desde sempre, instâncias de eleição enquanto fatores de racionalidade dos sistemas sociais e, por isso, as principais estruturas das sociedades sofrem permanentemente a influência, direta ou indireta, desses dois pilares fundamentais da regulação social (Offe, 1984 e 1985; Jessop, 1990; Santos, 1990 e 1994).

A interferência da ação estatal, e a sua capacidade de promover a estruturação da atividade produtiva, pode ser direta ou indireta e ocorrer através de uma diversidade de canais, constituindo exemplos disso o investimento em novas tecnologias e em conhecimento científico, a capacidade de promover instituições de regulação dos conflitos laborais ou as políticas educativas. Porém, a própria dinâmica que o Estado imprime, através das políticas sociais, nos mais variados domínios tem repercussões diretas quanto ao

maior ou menor peso da administração pública na oferta de emprego. Tal fato traduz-se diretamente na ampliação das classes médias, visto que tais políticas – seja no campo da saúde, da educação, da segurança social ou na regulamentação laboral – funcionam como mecanismos de produção e reprodução de setores profissionais qualificados, funcionários administrativos, técnicos e especialistas de diversos tipos, ou seja, segmentos que vêm engrossando o leque de categorias constituintes da nova classe média assalariada.

O caso português parece, assim, indicar o importante peso do Estado na estruturação da “classe média”. Do mesmo modo, os efeitos do processo mais geral de recomposição e mudança estrutural vêm redesenhando novas linhas de clivagem e segmentação da classe trabalhadora no seu conjunto. No entanto, como acima foi referido, esse reforço da classe média ocorre mais na aparência do que na realidade, sobretudo se considerarmos que uma parte significativa dos funcionários e empregados do setor terciário (estatal ou não) se aproximam da categoria proletária, pelo menos à luz dos critérios estruturais considerados nos estudos anteriormente mencionados.

Essas tendências na reestruturação das desigualdades são reveladoras não de que a sociedade portuguesa esteja a evoluir paulatinamente de um modelo agro-industrial para uma sociedade de serviços, fundada nos novos recursos tecnológicos e nas novas formas de conhecimento e comunicação, mas antes exprimem a enorme complexidade de uma sociedade em *transição problemática*, atravessada por múltiplas contradições e fortes desigualdades sociais que, por vezes, parece com-

primir para baixo alguns dos setores da força de trabalho que aparentemente já teriam descolado da velha condição empobrecida em que se encontravam. As velhas clivagens mantêm-se, juntando-se-lhes agora as novas.

Às contradições clássicas entre trabalho manual e emprego no terciário, entre trabalhadores e empresários, entre ricos e pobres, excluídos e incluídos, mulheres e homens, etc., somam-se agora as novas desigualdades da era da globalização, entre qualificados e não-qualificados, info-incluídos e info-excluídos, emprego estável e emprego precário, licenciados e não-licenciados, portugueses e imigrantes, trabalhadores legais e ilegais, maioria e minorias étnicas ou sexuais, etc. Paralelamente, a crise social e econômica que temos vivido nos últimos anos, com a deslocalização de empresas, o aumento do desemprego, a fragmentação do trabalho e a multiplicação dos regimes contratuais precários, as alterações na legislação laboral, o aumento da “flexibilidade” etc., são fatores que têm acentuado a precariedade e contribuído para gerar novos setores proletarizados, tanto os associados a velhas profissões do setor industrial como alguns dos que se inserem na chamada classe média (Esping-Anderesen, 1993).

Proletarização e desigualdades no setor industrial

Sendo a sociedade portuguesa, como se sabe, ainda bastante marcada pelo peso do setor industrial, vale a pena referir alguns dos contornos e especificidades de que este se reveste e as assimetrias que aí subsistem quanto à configuração das desigualdades. Ao proceder à comparação entre a estrutura das classes a nível nacional e a

⁴ O *International Social Survey Programme* (ISSP) refere-se aqui a dados de 1999, e integrou o projecto sobre Atitudes Sociais dos Portugueses, conduzido pelo ICS e publicado por M. Villaverde Cabral, Jorge Vala e André Freire (Orgs.) (2003), *Desigualdades Sociais e Percepções da Justiça*. Lisboa: ICS. Os países comparados foram, neste caso, a Suécia, o Canadá e a República Checa. Enquanto no estudo antes mencionado, os dados foram recolhidos em 1995, a partir de uma amostra à população ativa empregada, cujos resultados estão publicados em: Estanque, Elísio e José Manuel Mendes (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal: um estudo comparativo*. Porto: Afrontamento Os países aqui comparados formam a Suécia, os EUA e a Espanha.

região do calçado – a partir de uma pesquisa centrada na zona de S. João da Madeira (Estanque, 2000)⁵ –, foi possível verificar os profundos contrastes sociais entre o país e aquela região. A partir daqui podemos perceber melhor o quadro social em que se encontram os setores mais tradicionais da nossa indústria (como é o caso do calçado).

Na verdade, os resultados obtidos exprimem bem as contradições da indústria portuguesa e as condições de trabalho que nela continuam a vigorar. Desde logo, as posições de classe média – que, como se viu, já eram pouco representativas a nível do país – praticamente desaparecem nessa região. Os setores mais qualificados da força de trabalho oscilam entre os 0,3% e os 0,7%, ou seja, a dita “classe média” praticamente desaparece, enquanto a categoria “proletária” aumenta drasticamente para 60,2%. A força do mercado e a competição individual entre os trabalhadores conjugam-se com uma matriz cultural tradicional, marcada pela escassez econômica e pelas referências simbólicas ao mundo rural. Há uma permanente convulsão no tecido empresarial do setor do calçado, composto, sobretudo, por microempresas, cujos proprietários são quase totalmente antigos operários. Daí resultam elevados fluxos de mobilidade social, lado a lado com altas taxas de reprodução social: por exemplo, em 28% dos empregadores, os seus pais eram também empregadores, mas, em 44% deles, os pais eram proletários; por sua vez, em 70% dos proletários, os seus pais também o eram, mas 22% eram oriundos de pais proprietários. O mais importante a reter é que, considerando globalmente a estrutura classista das duas gerações comparadas, verifica-se que a lógica das desigualdades permaneceu praticamente inalterada. Por outro lado,

não deixa de ser curioso que no plano das atitudes subjetivas, muitos trabalhadores dessa região, incluindo uma parte dos “proletários” – e mesmo sabendo que a maioria dos operários industriais auferem rendimentos ao nível do salário mínimo – considerem-se membros da “classe média” e tendam a manifestar opiniões sobre a sociedade e as relações de trabalho, muitas vezes, coincidentes com a ideologia patronal.

A principal conclusão a respeito disso é a seguinte: as assimetrias e desigualdades sociais existentes no nosso país, além de assentarem em enormes discrepâncias de oportunidades e padrões de bem-estar material, promovem modelos de representação subjetiva, expectativas de vida e relações de trabalho que evidenciam bem o poder das opressões instaladas sobre os segmentos mais dependentes e precários da força de trabalho. Paradoxalmente, são as situações nas quais os mecanismos de exploração são mais notórios, onde os contrastes entre riqueza e pobreza são mais flagrantes, que mais parecem contribuir para a produção de “mecanismos de consentimento” (Burawoy, 1979 e 1985), sem dúvida, fundados em poderosos sistemas de controle e micro-ideologias de cariz feudal, tendentes a legitimar as desigualdades e o *status quo* existentes. O problema é que quando essa lógica é encoberta por um discurso patronal e institucional que apenas sublinha os resultados positivos de crescimento econômico, quando se enaltece a capacidade competitiva de setores industriais como o do calçado, escondendo as situações de hiperexploração e de dependência absoluta dos trabalhadores perante o poder autoritário dos patrões, está-se a promover não um padrão de desenvolvimento próprio das democracias avançadas, não a competitividade baseada na inovação tecno-

lógica, mas, sim, um modelo produtivo onde predominam o *taylorismo* anacrônico e as formas mais retrógradas de despotismo.

Percepção subjetiva dos conflitos

Outro campo particularmente importante para discutir é a questão da percepção dos conflitos de interesses existentes na sociedade. No estudo anteriormente mencionado (Estanque, 2003), a sociedade portuguesa aparece como aquela em que está mais enraizada a idéia de que existem interesses conflituais muito significativos entre todas as polarizações consideradas. Significará isto que os portugueses possuem uma consciência mais nítida de que a sociedade é atravessada por fortes antagonismos? Esta tendência parece conjugar-se com a idéia já assinalada noutros estudos que aponta a *distância ao poder* como um dos traços mais evidentes na sociedade portuguesa (Hofstede, 1980; Cabral, 1991; Estanque, 1993 e 2000), ou seja, os portugueses tendem a incorporar elevados níveis de tolerância perante as discrepâncias de poder e de *status*. A percepção da existência de antagonismos que atravessam a sociedade não significa, portanto, uma intolerância face aos mesmos, mas talvez a idéia de que existem condições bem delimitadas de oportunidade e de privilégio (simbólicas e materiais). As desigualdades objetivas parecem ampliar-se no plano subjetivo, espelhando níveis significativos de privação relativa entre os portugueses.

Se atentarmos na clivagem entre a classe trabalhadora e a classe média, por exemplo, verifica-se que, em Portugal, 63,2% dos inquiridos a consideram muito importante, já que se referem a existência de conflitos de interesse “fortes” ou “muito fortes” entre aqueles dois segmentos sociais (Estanque, 2003: 94). Não só os padrões

⁵ Que, neste caso, baseou-se numa amostra da população ativa aplicada nos conselhos de S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vila da Feira. (Ver Estanque, 2000: capítulo 5).

de vida de cada uma dessas categorias (classe trabalhadora e classe média) são vistos enquanto divergentes, como, além disso, faz supor que há uma luta simbólica pela demarcação de campos entre ambas. Isto diz-nos alguma coisa acerca do que designei como um *efeito de classe média* enquanto referente simbólico e social no imaginário dos portugueses. Trata-se de um efeito de “atração” que exprime o fato de a identificação subjetiva com a “classe média” tender a ampliar-se para lá dos limites (objetivos) dessa camada. No caso português, cerca de 37% dos “proletários” autoposicionam-se como membros da “classe média” (agregando as subcategorias média-baixa, média e média-alta) e o mesmo acontece com 52% dos empregadores (Estanque, 2003: 100). É justamente esse efeito atrativo que coloca a noção de classe média como um importante referente nas representações dos portugueses. Isto pode ajudar-nos a interpretar a percepção dos interesses entre classe trabalhadora e classe média como conflituais. Parece haver, no plano subjetivo, uma luta simbólica que ocorre em dois sentidos: na perspectiva dos que já se consideram inseridos na classe média, e que desta forma estariam a mostrar a sua diferença de estatuto; e na perspectiva dos que se identificam com a classe trabalhadora, deixando antever, neste caso, as dificuldades em alcançarem uma posição de classe média⁶.

O conflito entre diretores e trabalhadores é aquele que recolhe maior volume de respostas a assinalá-lo como relevante (87,8%). Isto comprova, desde logo, a centralidade das relações de trabalho enquanto campo de estruturação das desigualdades, quer em termos objetivos, quer no plano subjetivo. A rápida reestruturação que o tecido produtivo tem sofrido em Portugal, aliada à presença de experiên-

cias marcantes de luta sindical num passado histórico recente, faz com que, hoje, apesar da crescente fragilização do sindicalismo, as representações subjetivas denotem fortes clivagens sociais estruturadas em torno das condições de trabalho, apesar das atuais tendências de precarização inibirem a expressão aberta dos conflitos laborais.

Precariedade, exploração e aceitação

A elevada margem de tolerância, que os subordinados admitem relativamente ao exercício da autoridade por parte dos seus superiores hierárquicos, facilita todo o tipo de abusos. Por um lado, quem ocupa posições de destaque e lugares de chefia exige uma dedicação sem limites por parte dos subordinados. Por outro lado, os próprios subordinados, ou por falta de alternativas ou porque esperam daí retirar algum retorno, não raro deixam-se enredar numa lógica de resignação, alimentada por sentimentos de lealdade incondicionais, amplificando, assim, os recursos de autoridade dos seus superiores. Daí que, quando esses laços de afinidade e dependência se quebram e a parte mais fraca começa a invocar direitos, assista-se, muitas vezes, a reações violentas, pessoais ou institucionais, mais abertas ou mais sutis, dando lugar aos chamados fenômenos de violência psicológica e de assédio moral no trabalho, quando não de violência física (como testemunham os vários processos judiciais que têm decorrido nos tribunais).

As divisões existentes na sociedade portuguesa e no mundo laboral são expressão das barreiras sociais instaladas. Todavia, convém não esquecer que a precariedade é, ao mesmo tempo, uma realidade objetiva e um sentimento subjetivo. Do ponto de vista

patronal, ela é deliberadamente confundida com “flexibilidade” – porque esta significa, na prática concreta das empresas, um reforço das condições de exercício do poder sobre o trabalhador, que o obriga a aceitar tudo. Ou seja, a aceitar, sem protesto, as ordens da hierarquia, mesmo quando lhe são atribuídas tarefas para as quais não se sente preparado ou que agridem as suas qualificações e estatuto. Mas a precariedade, sendo igualmente uma vivência subjetiva, traduz-se na impotência e no medo. E a incorporação do medo, por sua vez, dá lugar à aceitação ou resignação, isto é, à auto-negação da luta pelos direitos.

No atual panorama e, sobretudo, quando a relação salarial é precária, o trabalhador sabe que pode, a qualquer momento, ser descartado. Daí, o retraimento, os mecanismos subjetivos de fuga, de evasão mental, o medo de retaliações, etc., que, apesar de alimentarem, em geral, um forte sentimento de contrariedade no trabalho, traduzem-se na recusa em participar, no ativismo sindical ou noutras formas de ação coletiva. Contudo, importa, apesar disso, recordar que estas culturas de ressentimento escondem no quotidiano fabril uma multiplicidade de formas tácitas de resistência e subversão perante os mecanismos disciplinares, sob a forma de jogos de poder quase invisíveis, mas de grande relevância sociológica, conforme mostrei através da observação participante realizada numa fábrica de calçado (Estanque, 2000).

Efetivamente, apesar de contidas sob lógicas subjetivas de elevada tolerância, as relações laborais, nesses ambientes, podem reverter-se numa conflitualidade desregulada, de conseqüências imprevisíveis, em particular, se as condições de vida se agravarem bruscamente para além das margens de “privação relativa” toleráveis. E convém lembrar

⁶ Uma interpretação que se inspira na concepção de Frank Parkin, em que o autor se refere aos conceitos de *estratégias de exclusão* e *estratégias de usurpação* (Parkin, 1979).

que as margens de tolerância são menores em situações nas quais a intervenção estatal é maior e a relação salarial mais estável. Se, em alguns setores, o princípio da regulação obedece a fundamentos sócio-culturais e à não aplicação do quadro legal, pode esperar-se que uma reconstrução das relações laborais assente, exclusivamente, no princípio do mercado venha a legalizar o dualismo inclusão/exclusão, induzindo situações de *desregulação de fato* (Ferreira, 2003: 130). Segundo um estudo recente, Portugal é um dos países (ao lado do Brasil)⁷ onde estão mais presentes idéias como a de que “é preciso ser corrupto para se ter êxito na vida” (40,7% de concordância), ou a de que “as desigualdades existem porque beneficiam os ricos e poderosos” (80%), ou ainda a de que “as desigualdades continuam porque as pessoas não se unem para lutar contra elas” (69,6%) (Cabral, 2003). Estas indicações evidenciam bem a presença dos sentimentos de impotência e ressentimento associados ao acentuar da precariedade.

Importa, porém, não esquecer que as atitudes subjetivas têm o seu principal fundamento na realidade concreta. De fato, o aumento da precarização e flexibilização das relações laborais, com os contratos a prazo, a subcontratação, o trabalho no domicílio, a expansão das redes clandestinas de mobilidade internacional de força de trabalho e todo um conjunto de formas atípicas de trabalho, está a contribuir para acentuar novas formas de poder discricionário, novos despotismos, exclusões e formas de opressão no emprego. Os regimes de fábrica vigentes, na maioria das nossas empresas industriais, são apenas a ponta do *iceberg*, pois o autoritarismo e as formas de violência no trabalho encontram-se em praticamente todos os setores do emprego. E a globalização neoliberal tem contribuído para acentuar os seus contornos per-

versos e os seus efeitos corrosivos sobre as condições de trabalho e a dignidade humana.

Desafios para o sindicalismo

Em face do exposto, pretende-se, neste último tópico, mostrar algumas das implicações desses processos de transformação social – no mundo do trabalho, na reestruturação das desigualdades de classe e no plano das atitudes subjetivas – sobre a ação coletiva e a atividade sindical.

Como é sabido, o movimento sindical tende a deixar de ser predominantemente de base operária, à medida que as sociedades se terciarizam, e esta é uma tendência que se verifica também em Portugal. Mas, importa ter presente o papel histórico do movimento operário, visto que foi ele que, pelo menos até aos anos sessenta – e, no caso português, até um período mais recente –, alimentou as bases sociais do sindicalismo. Vale salientar que são essa referência e essa memória que continuam a marcar o discurso e as propostas de ação de uma larga corrente do sindicalismo português. Podemos dizer que essa concepção continua a apoiar-se numa visão do mundo laboral fixada nas velhas contradições de classe, herdada do marxismo estruturalista que hegemonizou o discurso público em Portugal no pós-25 de Abril de 1974.

Todavia, é hoje, quase unanimemente, reconhecido que essa visão deixou de adequar-se à realidade do mundo laboral. Ou seja, muito embora as classes sociais estruturadas a partir da esfera produtiva continuem a fornecer a principal base das desigualdades, o certo é que, como quase todos os estudos comprovam (Wright, 1985 e 1997; Pakulsky & Waters, 1996; Estanque & Mendes, 1998), a classe deixou, há muito, de ser o determinante principal do conflito po-

lítico. Num quadro de crescente globalização e individualização das relações sociais, as clivagens de classe produzem simultaneamente antagonismos de interesses e *relações de consentimento* a partir da produção, sejam elas fundadas em regimes de tipo hegemônico ou de tipo despótico (Burawoy, 1985). Se, até aos anos sessenta, a luta de classes, conduzida pelo movimento operário nos países industrializados, teve um amplo significado social e político foi porque havia condições para construir culturas operárias fortes, sob a forma de comunidades de resistência ou emancipatórias, as quais, entretanto, esbateram-se ou extinguiram-se por completo. O tradicional sistema de produção taylorista e o modelo de regulação fordista começaram a cindir-se e a fragmentar-se, fazendo emergir formas de trabalho mais desreguladas e inseridas num quadro social mais marcado pela terciarização do emprego e pela expansão dos consumos de massa.

Evidentemente que, a par da perda de vitalidade deste modelo de ação sindical, centrado na mobilização operária – e, sobretudo, à medida que se assiste ao crescimento do setor terciário – cresceu também a sindicalização dos trabalhadores dos serviços administrativos e do funcionalismo público, bem como a presença dos sindicatos nos mecanismos de concertação. Isto fez com que, nuns casos de forma mais aberta noutros apenas implicitamente, as estruturas sindicais passassem a integrar cada vez mais as instâncias de regulação institucional, negociando com o Estado e os restantes parceiros sociais a definição das políticas laborais e sociais. Essas circunstâncias conferiram ao movimento sindical um novo papel no desenhar das grandes reformas sociais, reforçando o seu protagonismo institucional, mas, ao mesmo tempo, retirando-lhe parte da sua capacidade de mobilização. A este propósito, poder-se-á dizer

⁷ Os outros países incluídos na análise de M. Villaverde Cabral são o Canadá, a Espanha, a República Checa e a Suécia (Cabral, 2003).

que, ao longo das últimas décadas, as conquistas dos trabalhadores e do movimento sindical tradicional cederam, na prática, às pressões da lógica cooptativa, integrando-se na própria dinâmica do sistema, ou seja, deixando-se absorver pela lógica de regulação (Santos, 1994). Não só o capitalismo conseguiu, em parte, “canibalizar” as lutas da classe trabalhadora, como as estruturas dirigentes dos principais sindicatos se tornaram, em certa medida, instrumentos da ação reguladora do Estado.

Convém, no entanto, não esquecer que, lado a lado, com as tendências de desacreditação do “velho” sindicalismo de base operária e nacional, diversos sinais de renovação – sobretudo, no plano das idéias e do debate político – têm vindo a surgir, tanto no campo acadêmico como no domínio sindical, apontando para a emergência de um “novo” movimento social sindical de âmbito global ou internacional (Moody, 1997; Bezuidenhout, 1999; Ashwin, 2000; Estanque, 2004). É de crer que esse processo de revitalização será cada vez mais visível no futuro próximo, já que o movimento sindical se mostra hoje mais aberto e reconhece explicitamente a necessidade de renovar os seus métodos e estratégias de atuação perante a força crescente do capitalismo global.

Assim, a maleabilidade e fluidez das linhas de clivagem das desigualdades sociais, a par do acentuar das formas de fragmentação do trabalho e da precariedade do emprego, estão a pulverizar o tradicional centro do conflito social – a esfera produtiva – desdobrando-o em múltiplas formas de ação coletiva, que cada vez mais se afastam e se deslocam: da fábrica para a comunidade; do trabalho para o lazer; da produção para o consumo; do espaço nacional ou setorial para o transnacional. Certamente que a centralidade do trabalho permanece, mas o sindicalismo só pode ganhar expressão no terreno da luta coletiva se dei-

zar de estar confinado à esfera produtiva e for capaz de estabelecer novas alianças e modos de intervenção em rede.

No que respeita aos objetivos da ação sindical, os dirigentes mais esclarecidos começam a ser capazes de se questionar face aos novos desafios, e de recentrar a atenção dos sindicatos, passando de uma orientação estreitamente reivindicativa para uma orientação mais voltada para as questões do desenvolvimento. Perante um mundo social feito de crescente complexidade, e quando os caminhos do futuro são tão incertos, não adianta repousar sobre os velhos dogmas e certezas ortodoxas. Expor a dúvida e formular novas questões, fundadas na nova realidade, é certamente a atitude adequada, como de resto procuram fazer também os cientistas sociais empenhados na intervenção social.

Continuar a apostar no velho sindicalismo de classe, ou procurar estender a ação coletiva para um sindicalismo de movimentos, aliando-se aos novos movimentos sociais? Continuar a centrar a mobilização nos planos setorial e nacional, ou promover cada vez mais a intervenção com base nas redes de solidariedade transnacionais? Trabalhar em conjunto e promover a eleição democrática das comissões de trabalhadores, ou apenas trabalhar com elas quando se tornam instrumento do sindicato? Continuar a acreditar num modelo futuro de sociedade que se conquista sobre os despojos do atual sistema, ou trabalhar dentro deste sistema para criar espaços alternativos de organização e emancipação social? Como renovar as lideranças sindicais promovendo a defesa da democracia interna e os sindicalistas mais jovens, com base no critério do mérito e da crítica construtiva? Como fazer representar e promover o acesso das mulheres às posições dirigentes, já que estamos num dos países mais feminizados da Europa na área laboral? Privilegiar a resistência entre as coletividades de

trabalhadores ou abrir a intervenção e o discurso num sentido propositivo e pró-ativo? Apostar nos setores mais estáveis e com mais poder reivindicativo, ou estender e intensificar a intervenção junto dos segmentos laborais mais precários e mais difíceis de mobilizar? Como combinar negociação com luta organizada? Como combinar a ação de denúncia junto dos trabalhadores com os meios institucionais de atuação, quer a nível do quadro legal e dos tribunais quer das instâncias da inspeção do trabalho? Como intervir junto de setores particularmente precários como os imigrantes, por exemplo? Continuar a impor a hegemonia sindical junto dos movimentos e associações cívicas ou agir por métodos persuasivos e fazendo concessões quando é preciso? Como combinar as lutas económicas e laborais com as lutas pelo reconhecimento promovidas a partir da esfera da comunidade? Essas são algumas das interrogações que, em face do atual panorama social e laboral português, deveriam ser seriamente discutidas pelos nossos dirigentes sindicais.

No plano do desenvolvimento social e da renovação do tecido laboral português, é fundamental exigir – designadamente aos decisores políticos, às instituições estatais e às associações e confederações patronais – e criar condições para negociar um plano de inovação tecnológica que passe pelo envolvimento das estruturas sindicais e seja capaz de relançar a capacidade competitiva das empresas e da economia. Creio que um tal plano só poderá ser alcançado se souber apoiar-se num conjunto de articulações entre objetivos que, muitas vezes, são apresentados como contraditórios, mas que, a meu ver, podem e devem conjugar-se.

Enumeram-se, a título de exemplo, a procura de compatibilização entre os seguintes objetivos: 1) os programas de inovação tecnológica e os objetivos sociais das empresas; 2) a competitividade e a aposta na formação das pessoas,

quer no âmbito do ensino profissionalizante quer da formação contínua dos trabalhadores e quadros, tanto no plano técnico como nos recursos humanos e modelos de gestão; 3) a procura da eficácia e a motivação dos trabalhadores com base na delegação de responsabilidades, no reconhecimento do mérito e no trabalho em equipe; 4) a atividade das universidades, laboratórios ou instituições de investigação científica e os programas de inovação tecnológica e modernização industrial desenvolvidos nas empresas ou coordenados pelas associações empresariais; 5) a busca da excelência e do respeito pelos direitos e liberdades sindicais dos trabalhadores, criando verdadeiras culturas de negociação do conflito ao nível das empresas; 6) os objetivos de flexibilização e a defesa da cidadania laboral, em especial através dos incentivos fiscais às boas práticas de gestão e inovação. Enfim, numa palavra, trata-se apenas de aliar os objetivos de crescimento económico ao desenvolvimento sustentável e à defesa da coesão social.

Nem as interrogações anteriores nem os objetivos que acabo de enunciar pretendem, evidentemente, servir de guia ou esboçar qualquer programa de ação sindical e política, o qual terá de ser concebido pelos respectivos atores e responsáveis. Constituem, apenas, propostas de reflexão que se afiguram como pertinentes no quadro laboral e social abordado ao longo destas páginas. O mundo do trabalho e a sociedade portuguesa encontram-se em grande convulsão e enfrentam hoje dificuldades, por todos reconhecidas, que derivam largamente das recomposições e mudanças dinamizadas pela economia global em que vivemos e pelas pressões sociais e institucionais de âmbito transnacional. Nessa medida, a análise que procurei traçar no presente texto destina-se, acima de tudo, a ser um contributo para compreendermos a enorme complexidade e os inúmeros contrastes sociais que

atravessam atualmente a sociedade portuguesa.

A realidade das relações laborais tem-se alterado de tal forma que, muitas vezes, deparamo-nos com os efeitos mais visíveis dessa mudança sem conseguir perceber a natureza estrutural e sociológica que está na sua gênese. Não raramente os agentes económicos e os atores sindicais encaram o presente sob o ponto de vista dos objetivos imediatos e com base em perspectivas fundadas em paradigmas desajustados da realidade social concreta. É, por isso, fundamental sublinhar que tanto os problemas económicos como os desafios do mundo sindical só podem encontrar respostas bem sucedidas se forem encarados à luz da dimensão social mais profunda em que repousam. E, para além do crescimento, a economia só pode, na verdade, trazer desenvolvimento se os seus dividendos forem apoiados por políticas distributivas cujos objetivos se baseiem na busca do bem-estar geral e na redução das desigualdades e injustiças sociais.

Referências bibliográficas

- ASHWIN, Sarah (2000). International labour solidarity after the cold war. In: ROBIN Cohen & SHIRIN, Rai (Ed.). *Global social movements*. London: Athlone, p. 101-116.
- BECK, Ulrich (1992). *Risk society*. Londres: Sage.
- _____. (2000). *Un nuevo mundo feliz: La precaridad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.
- BECK, David & SKLAR, Richard (1987). Why postimperialism? In BECKER, David et al. *Post-Imperialism*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, p. 1-18.
- BEZUIDENHOUT, Andries (1999). *Towards global social movement unionism? Trade union responses to globalization in South Africa*. Geneva: International Labour Organisation.
- BURAWOY, Michael (1979). *Manufacturing consent*. Chicago: The University of Chicago Press.
- _____. (1985). *The politics of production*. Londres: Verso.
- BUTLER, Tim & SAVAGE, Mike (Ed.) (1995). *Social change and the middle classes*. Londres: UCL Press.
- CABRAL, Manuel V. (2003). Percepções e avaliações das desigualdades sociais e económicas em perspectiva comparada: Portugal, Brasil e outros países. In: CABRAL, M. V.; VALA, J. & FREIRE, A. (Org.). *Desigualdades sociais e percepções da justiça*. Lisboa: ICS.
- _____. (1991). A teoria das oligarquias partidárias revisitada, *Revista Finisterra*, Lisboa, nº 8, pp. 81-92.
- CASTEL, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- EDER, Klaus (1993). *The new politics of class: Social movements and cultural dynamics in advanced societies*. Londres: Sage.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1993). *Changing classes: Stratification and mobility in post-industrial societies*. Londres: Sage/ISA.
- ESTANQUE, Elísio (1993). Poder, trabalho e cultura local na indústria do calçado. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.), *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Afrontamento.
- _____. (2000). *Entre a fábrica e a comunidade*. Porto: Afrontamento.
- _____. (2003). O efeito classe média: Desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI. In: CABRAL, Manuel Villaverde (Org.). *Percepções e avaliações das desigualdades e da justiça em Portugal numa perspectiva comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- _____. (2004). A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: Do despotismo local à mobilização global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, Vol. 5).
- ESTANQUE, Elísio & MENDES, José Manuel (1998). *Classes e desigualdades soci-*

- ais em Portugal: Um estudo comparativo.* Porto: Afrontamento.
- EVENS, Peter (1979). *Dependent development: The alliance of multinational, state and local capital in Brazil.* Princeton: Princeton University.
- FERREIRA, António Casimiro (2003). *Trabalho procura justiça: As formas de resolução dos conflitos de trabalho na sociedade portuguesa.* Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- GORZ, André (1999). *Reclaiming work: Beyond the wage-based society.* Cambridge: Polity Press.
- HOFSTEDE, Geert (1980). *Culture's consequences: International differences in work related values.* Londres: Sage.
- HYMAN, Richard (2002). Europeização ou erosão das relações laborais? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 62. p. 7-32.
- JESSOP, Bob (1990). *State theory: Putting capitalist state in its place.* Cambridge: Polity Press.
- KOVÁCS, Ilona & Castillo, Juan José (1998). *Novos modelos de produção, trabalho e pessoas.* Oeiras: Celta.
- LASH, Scott (1999). Crítica da informação, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 54, p. 13-30.
- MÉDA, Dominique (1999). *O trabalho: Um valor em vias de extinção.* Lisboa: Fim de Século.
- MELUCCI, Alberto (1996). *Challenging codes: collective action in the information age.* Cambridge: Cambridge University Press.
- MOODY, Kim (1997). *Workers in a lean world: Unions in the international economy.* London: Verso.
- OFFE, Claus (1984). *Contradictions of the Welfare State.* Cambridge: MIT Press.
- _____. (1985). *Disorganized capitalism.* Oxford: Polity Press.
- PAKULSKY, Jan & WATERS, Malcolm (1996). *The death of class.* London: Sage.
- PARKIN, Frank (1968). *Middle class radicalism.* Manchester: Manchester University Press.
- _____. (1979). *Marxism and class theory: A bourgeois critique.* London: Tavistock.
- RIFKIN, Jeremy (1997). *La fin du travail.* Paris: La Découverte.
- RUYSEVELDT, Joris & VISSER, Jelle (1996). *Industrial relations in Europe.* London: Sage.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1990). *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988).* Porto: Edições Afrontamento.
- _____. (1994). *Pela mão de alice: O social e o político na pós-modernidade.* Porto: Afrontamento.
- _____. (2001). Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, p. 31-106.
- SKLAIR, Leslie (2001). *The transnational capitalist class.* Oxford/Malden, MA: Blackwell.
- TOURAINÉ, Alain (1969). *La société post-industrielle.* Paris: Editions Denoël.
- _____. (1981). *The voice and the eye: An analysis of social movements.* Cambridge: Cambridge University Press.
- WATERMAN, Peter (2002). O internacionalismo sindical na era de Seattle, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 62, p. 33-68.
- WRIGHT, Erik Olin (1985). *Classes.* Londres: Verso.
- _____. (1997). *Class counts.* Cambridge: Cambridge University Press.